

Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Guadalupe

Lei 12º 151/89

Guadalupe, 16 de Maio de 1988

Institui o imposto sobre a venda a varejo dos combustíveis líquidos e gasosos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guadalupe, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O imposto sobre venda a varejo de combustíveis, tem como fato gerador a venda, a varejo, de combustíveis líquidos e gasosos.

§ 1º - O imposto não incide sobre a venda a varejo de óleo diesel.

§ 2º - Considera-se venda a varejo aquela realizada ao consumidor final.

Art. 2º - Considera-se local de operação de venda a varejo o estabelecimento vendedor, ou, no caso de venda domiciliar, o domínio do comprador.

§ 1º - Considera-se estabelecimento o local construído ou não, onde o vendedor exerce sua atividade de modo permanente ou temporário.

§ 2º - Considera-se também estabelecimento o veículo utilizado para a venda de combustíveis líquidos e gasosos.

§ 3º - O imposto no parágrafo anterior não se aplica aos veículos utilizados para entrega de produtos a destinatários certos, em decorrência de operações.

já tributadas.

§ 4º - Cada estabelecimento do mesmo contribuinte será autônomo para a emissão, a escrituração e a manutenção de livros e documentos fiscais e para o recolhimento do imposto.

Art. 3º - O contribuinte do imposto é a pessoa física ou jurídica que realiza a operação de venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos.

Parágrafo-único - São também contribuintes do imposto:

- I - as empresas distribuidoras quando efetuam venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos;
- II - as sociedades civis de fins não econômicas, inclusive cooperativas, que efetuam a venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos;
- III - os órgãos da administração pública direta, as autarquias, as empresas públicas, sociedade de economia mista e as fundações que efetuam a venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, ainda que a compradores de determinada categoria profissional ou funcional.

Art. 4º - A critério da repartição competente, as empresas distribuidoras poderão ser obrigadas à retenção do imposto, ao promoverem a distribuição, para os varejistas, de combustíveis líquidos e gasosos.

Art. 5º - São responsáveis, solidariamente, pelo pagamento do imposto devido:

- I - o armazém ou o depósito que mantinha sob sua guarda, em nome de terceiros, combustíveis destinados à venda direta a consumidor final;
- II - o transportador em relação a combustíveis transportados e comercializados no varejo durante o transporte.

Art. 6º - A base de cálculo do imposto é o valor da venda do combustível, líquido ou gasoso, no varejo, sem quaisquer deduções, inclusive do montante pago a título de outros tributos.

Parágrafo único - O montante do imposto integra a base de cálculo a que se refere este artigo, constituindo respectivo destaque mera indicação para fins de controle.

Art. 7º - Para o cálculo do imposto será aplicada, a alíquota de 3% (três por cento) sobre o valor da venda a varejo.

Art. 8º - O valor do imposto será apurado mensalmente e recolhido pelo contribuinte na forma e nos prazos previstos em regulamento.

Parágrafo único - Havendo lançamento direto, dele o contribuinte será notificado juntamente com o auto de infração e imposição de multa, se houver.

Art. 9º - Quando o volume das vendas a varejo aconsehar tratamento fiscal mais adequado, o imposto poderá ser fixado por estimativa, a critério da Fazenda Municipal, observadas as seguintes normas, baseadas em:

- I - informações fornecidas pelo contribuinte e em outros elementos informativos, inclusive estudos de órgãos públicos e entidades de classe diretamente vinculados à atividade;
- II - valor das matérias primas e outros materiais consumidos;
- III - total dos salários pagos;
- IV - total da remuneração dos diretores, proprietários, sócios ou gerentes;

V - Total das despesas de água, luz, força e telefone; aluguel de imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados, ou 1% (um por cento) do valor desses bens, se por outros meios;

VII - resultado de outros estabelecimentos similares.

51º - O montante do imposto assim estimado será parcelado para recolhimento em prestações mensais. (se quiser incluir - corrigidas monetariamente).

52º - Quando o período fixado pela administração, para a aplicação da estimativa, ou deixando o sistema de ser aplicado, por qualquer tempo, será apurado o valor objetivo das rendas a longo e o montante do imposto efetivo. O montante devido pelo contribuinte no período considerado. 53º - Verificada qualquer diferença entre o montante recolhido e o apurado, será ela;

I - recolhida dentro do prazo de trinta (30) dias contados da data da notificação;

II - restituída, mediante requerimento do contribuinte, a ser apresentada dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data de intermédio ou cessação da aplicação do sistema, corrigido monetariamente.

54º - O acompanhamento do contribuinte no regime de estimativa, a critério da Fazenda Municipal, poderá ser feito individualmente e por categoria de estabelecimentos.

55º - A aplicação do regime de estimativa poderá ser suporta a qualquer tempo, mesmo não tendo sido o exercício ou período, a critério da Fazenda Municipal e seja de modo geral, individual, ou quanto a qual-quer categoria de estabelecimentos.

56º - A autoridade fiscal poderá rever os valores estimados para determinado exercício ou período, e, se por o caso reajustar as prestações subsequentes à reversão.

Art. 10 - Feito o enquadramento do contribuinte no regime de estimativa, ou quando da revisão dos valores, a fazenda Municipal notifica-lo-a do "quantum" do tributo fixado e da importancia das parcelas a serem mensalmente recolhidas.

Art. 11 - Os contribuintes enquadrados nesse regime serão comunicados, ficando-lhes reservado o direito de reclamação, no prazo de vinte (20) dias, contados do recebimento da comunicação.

Art. 12 - Será arbitrado o valor do imposto, mediante processo regular, nos seguintes casos:

- I - quando se apurar fraude, sonegação ou omissão, se o contribuinte embaracar o exame de livros e documentos necessários ao lançamento e a fiscalização do tributo ou se não tiver inscrito no cadastro fiscal;
 - II - quando o contribuinte não apresentar sua guia de recolhimento e não efetuar o pagamento do imposto no prazo legal;
 - III - quando o contribuinte não possuir os livros documentos, talonários de notas fiscais e formulários exigidos;
 - IV - quando o resultado obtido pelo contribuinte for economicamente inexpressivo, quando por dificuldade a apuração do valor, ou quando a venda a varejo tiver caráter transitório ou instável.
- § 1º - Para o arbitramento do valor da venda a varejo serão considerados, entre outros elementos ou indícios; lançamentos de estabelecimentos semelhantes, a natureza da mercadoria, o valor das instalações e equipamentos do contribuinte, sua localização, a remuneração

ração dos sócios, o numero de empregados e seus salários.

§ 2º - Nos casos de arbitramento do valor das vendas a varejo para os contribuintes a que se refere este artigo, a soma das vendas a varejo, em cada mês, não poderá ser inferior à soma dos valores das seguintes parcelas referentes ao mês considerado:

- I - valor das matérias primas e outros materiais consumidos;
- II - total dos salários pagos;
- III - total da remuneração dos diretores proprietários, sócios ou gerentes;
- IV - total das despesas de água, luz, força e telefone;
- V - aluguel do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados para a prestação dos serviços ou 1% (um por cento) do valor desses bens, se forem próprios.

Art. 13 - O contribuinte deve promover sua inscrição no cadastro fiscal de vendedores a varejo de combustíveis líquidos e gasosos no prazo de trinta (30) dias contínuos, contados da data do início de suas atividades fornecendo à Prefeitura os elementos e informações necessários para a correta fiscalização do tributo, nos formulários oficiais próprios.

§ 1º - Para cada estabelecimento de venda a varejo o contribuinte deve fazer inscrições distintas.

§ 2º - A inscrição não faz presumir a aceitação pela Prefeitura, dos dados e informações apresentados pelo contribuinte, os quais podem ser verificados para fins de lançamento.

Art. 14 - O contribuinte deve comunicar à Prefeitura, dentro do prazo de trinta (30) dias contínuos, contados da data de sua ocorrência, a cessação de atividades, a fim de

obter baixa de sua inscrição, a qual será concedida após a verificação da procedência da comunicação sem prejuízo da cobrança dos tributos devidos ao município.

Art. 15 - O contribuinte fica obrigado a manter, em cada um de seus estabelecimentos, escrita fiscal destinada ao registro das vendas a varejo, mesmo se não tributadas.

Parágrafo único - O regulamento estabelecerá os modelos e formulários, livros fiscais, e outros documentos, a forma e os prazos para sua escrituração, podendo ainda, dispor sobre a dispensa ou a obrigatoriedade desta exigência, em função da natureza do estabelecimento.

Art. 16 - O contribuinte fica obrigado à emissão de notas fiscais, segundo modelos e condições estatuidos em regulamento.

Parágrafo único - O regulamento poderá dispensar determinados tipos de estabelecimentos da emissão de notas fiscais, substituindo-as por outra forma de controle das vendas realizadas.

Art. 17 - Os contribuintes que já exercem a atividade de venda a varejo de combustíveis líquidos e gasosos terão um prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta lei, para promoverem sua inscrição no cadastro fiscal, na forma estabelecida pelo artigo 13.

Art. 18 - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com entidades públicas ou privadas, objetivando a fiscalização e a arrecadação do tributo.

Art. 19 - Ao contribuinte a que se refere o artigo 3º que não cumprir o disposto nos artigos 13 e 14 será imposta multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do imposto corrigido monetariamente, que não tenha sido recolhido desde o início de suas atividades, até a data da regularização da inscrição voluntária ou de ofício.

Art. 20 - Ao contribuinte que não cumprir o disposto no artigo 14 será imposta multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do imposto, corrigido monetariamente, devido no último mês de atividade.

Art. 21 - Ao contribuinte que não possuir a documentação fiscal a que se referem os artigos 15 e 16 será imposta multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do imposto devido, corrigido monetariamente que seja apurada pela fiscalização, em decorrência de arbitramento do valor, observando-se o disposto no artigo 12, incisos I, II, III e IV e seus parágrafos 1º e 2º, no que couber.

Art. 22 - A falta de pagamento do imposto nos prazos fixados, sujeitará o contribuinte:

- I - a correção monetária do débito, calculado mediante a aplicação dos coeficientes fixados pelo Governo Federal, para a atualização do valor dos créditos tributários;
- II - a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de débito corrigido monetariamente até 30 (trinta) dias do vencimento;
- III - a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 31º do vencimento;
- IV - a cobrança de juros monetários à razão de 1% (um por cento) ao mês, incidente sobre o valor originário.

Art. 23 - Ao contribuinte que perder, extraviar, atrasar ou rasurar a escrituração de livros ou documentos fiscais será imposta multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do imposto devido, corrigido monetariamente.

Art. 24 - Ao contribuinte que cometer fraude ou sonegação será imposta multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor e imposto devido, corrigido monetariamente.

Art. 25 - A falta de retenção do imposto, conforme dispõe o artigo 4º, sujeitará a multa de 10% (dez por cento) do valor do imposto devido, corrigido monetariamente.

Art. 26 - No concurso de infrações, as penalidades serão aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, ainda que arroladas no mesmo dispositivo legal.

Art. 27 - Na reincidência, a infração será punida com dobro da penalidade, e, a cada reincidência subsequente aplicar-se-á multa correspondente à reincidência anterior acrescida de 10% (dez por cento) sobre o seu valor.

Art. 28 - Fica o Poder Executivo autorizado a suprimir os centavos nos valores especificados nesta lei, desde que necessário.

Art. 29 - Esta lei deverá ser regulamentada por Decreto no prazo de 5 dias a contar de sua publicação.

Art. 30 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, mas a cobrança do imposto somente poderá ser feita após 3 dias desta publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guadalupe, 16 de
Maio de 1989.

Julio Cesar de Carvalho Pinna
Prefeito Municipal -

Sancionada e registrada a presente Lei nº 151/89, no
Livro nº 04 as fls. nº V.85 a 90.

Guadalupe, 16 de Maio de 1989.
Maria de Lourdes Carvalho Pinna
Secretária Geral